



- **ADACO – Associação Distrital dos Agricultores de Coimbra**

- **COMISSÃO DE AGRICULTORES DO BAIXO-MONDEGO**

Exm^o Senhor Primeiro Ministro

Exm^a Senhora. Ministra da Agricultura e Desenvolvimento Rural

C/C: DRAPC – Diretor Regional da Agricultura do Centro

EXPOSIÇÃO

Excelências:

Os agricultores e a agricultura na região do Baixo- Mondego estão a passar por uma situação dramática com os brutais aumentos no último ano dos factores de produção, tais como adubos, pesticidas, herbicidas, rações para animais, gásóleo agrícola, fertilizantes, com as despesas dos agricultores para produzirem a serem inoportáveis.

Por outro lado, os preços dos produtos vendidos pelos agricultores mantiveram-se praticamente inalterados. Os agricultores ficam com menos de 20% do valor gerado nas fileiras dos produtos agro-alimentares.

Todos os factores de produção tiveram aumentos brutais, destacando-se os adubos que custam hoje 3 vezes mais do que há um ano (de 200€ passou para 600€/tonelada), e o gásóleo agrícola que passou de uma média de (0,80 para 1,60€/litro).

As reduções já anunciadas pela Sr. Ministra da Agricultura em relação ao gásóleo agrícola são manifestamente insuficientes para salvar a situação.

Com a actual situação há um impacto brutal negativo em todos os sectores da nossa agricultura.

A recente Portaria com os apoios à electricidade verde não responde às necessidades do sector. Os descontos de 20% até 50 ha, e 10% acima desta área no valor da electricidade gasta, não chegam.

Em relação aos seguros agrícolas na maioria das vezes as seguradoras inventam os mais diversos obstáculos para não pagar os prejuízos havidos.

Não é admissível que para se pagar os prejuízos tenha que haver no mínimo 20% da área afectada.

A lógica tem que ser, prejuízos havidos prejuízos segurados pagos, como é em toda a restante actividade relacionada com seguros.

Ou o Governo intervém, ou vamos ter fome nos campos, com milhares de agricultores a abandonar as suas explorações.

Ex^o Senhores/a

É urgente que:

a) Haja isenção do IVA e da tributação em sede de Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) no gasóleo agrícola, como há e bem para outras actividades ligadas ao sector primário;

b) Regulação dos preços máximos nos outros factores de produção;

c) Preços mínimos de intervenção que sejam justos, assegurados pelo Governo. Os produtos podem ser escoados para as escolas, cantinas universitárias, etc.

d) Que o Governo assuma a responsabilidade de seguros agrícolas públicos, em que os prejuízos havidos sejam efectivamente pagos, independentemente da velocidade dos ventos e da percentagem de área afectada;

e) Na electricidade verde em explorações com áreas inferiores a 50 ha deve haver um desconto de no mínimo de 50% no valor pago pela energia eléctrica gasta na agricultura.

f) É necessário instituir uma lei que assegure uma distribuição mais equitativa dos valores ao longo de toda a cadeia de comercialização, pois não é admissível que na produção fique apenas 20% do valor gerado.

g) O país está em condições de produzir mais. Que o Governo implemente com urgência a recente promessa da Sr^a Ministra da Agricultura de acabar o pousio obrigatório a partir dos 15 ha.

Gostaríamos de solicitar uma resposta a estas reclamações até ao dia 12 de Abril de 2022, porque os agricultores precisam de saber o que fazer em relação ao seu futuro.

Coimbra 29 de Março 2022

Comissão de Agricultores do Baixo-Mondego

ADACO – Associação Distrital dos Agricultores de Coimbra